Curso	**Programa de Mestrado e Doutorado em Gestão Internacional (PMDGI)**
Disciplina	**PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM NEGÓCIOS INTERNACIONAIS**
Professor	**Prof. Dr. Frederico Araujo Turolla** (http://lattes.cnpq.br/9478383887755646)
Período	**14:00-16:00 / 16:30-18:30 – Segunda-feira**
Semestre	**2018-1, 2º bimestre**

Veja as datas e cronograma na última página

PROGRAMA DA DISCIPLINA

OBJETIVO DA DISCIPLINA

O objetivo desta disciplina é apresentar um panorama das abordagens sobre as Parcerias Público-Privadas (PPP) no ambiente do campo de Negócios Internacionais (NI). Em outras palavras, a disciplina é sobre internacionalização e investimento direto estrangeiro (IDE) de empresas de infraestrutura, incluindo também os modos de entrada não acionários nesses mercados (NEMs, de *Non-Equity Modes*). São abordados tanto a Infraestrutura Econômica (IE) como a Infraestrutura Social (IS).

Quanto aos objetivos específicos, ao final do curso o aluno deverá ser capaz de:

1. Compreender a conexão entre as literaturas de PPP e de NI e as linhas de potencial desenvolvimento dessa conexão.
2. Entender os modos de entrada típicos nos mercados internacionais de infraestrutura econômica e social, principalmente o IDE e NEMs.
3. Entender os modos contratuais existentes (concessões, PPPs, PFI, etc) e suas principais diferenças no ambiente internacional.
4. Entender as principais questões de financiamento de longo prazo dos projetos de PPP e concessão, tendo em vista as falhas de mercado do sistema financeiro e mercado de capitais e as características do *project finance*.
5. Compreender aspectos básicos de alocação de riscos em programas de infraestrutura, assim como os programas de seguros e garantias.
6. Conhecer as características econômicas, as estratégias internacionais e elementos de políticas públicas nos principais setores de infraestrutura: energia, logística, saneamento e infraestrutura social, e alguns de seus componentes.
7. Discutir questões de estratégia das Empresas Multinacionais (EMNs) de infraestrutura.
8. Discutir questões transversais às PPPs, como a sustentabilidade e as cidades inteligentes.
9. Avaliar o mercado brasileiro de infraestrutura e os investimentos diretos estrangeiros no Brasil, assim como o contexto do seu financiamento.
10. Discutir políticas setoriais específicas, particularmente quanto à atração e promoção de investimentos diretos estrangeiros em infraestrutura.

EMENTA

Parcerias Público Privadas e suas abordagens em Negócios Internacionais. Investimentos Diretos Estrangeiros em infraestrutura econômica e social. *Non-Equity Modes* e modos contratuais: concessões/PPPs. Financiamento de investimentos de longo prazo em infraestrutura. Infraestrutura de transportes e logística. Infraestrutura de energia: eletricidade, petróleo e gás. Infraestrutura de telecomunicações. Infraestrutura de saneamento básico e resíduos sólidos. Infraestrutura social: saúde, educação e outros setores.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O conteúdo da disciplina envolverá os seguintes temas:

I. **[PPP@IB] PPP em NI: as parcerias público-privadas e a infraestrutura em negócios internacionais**
   A. Investimentos diretos em infraestrutura
   B. A Economia das Parcerias Público-Privadas
   C. A literatura de IDE/NEMs em infraestrutura

II. **[FIN] Contratos e financiamento**
   A. Os modos contratuais: PPPs/concessões em perspectiva comparada entre as jurisdições
   B. Financiamento de longo prazo: fontes locais e internacionais

III. **[SECTOR] O investimento direto estrangeiro no ambiente setorial das parcerias público-privadas**
   A. Infraestrutura de transportes e logística e seus modais
   B. Energia elétrica, iluminação pública, petróleo e gás
   C. Telecomunicações e cidades inteligentes
   D. Saneamento básico e resíduos sólidos
   E. Infraestrutura Social: saúde, educação

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida em diferentes formatos:

- Aula de abertura, ministrada pela SOBEET, através de seu Presidente, Luis Afonso Fernandes Lima.
- Aulas expositivas, ministradas pelo Professor, sobre o tema básico da aula.
- Em algumas aulas, haverá um convidado que fará a exposição sobre tema relacionado ao tema principal da aula. Já temos confirmados, como convidados, o Prof. Dr. André Carvalho, do Insper; Hector Gomez Ang, do *International Finance Corporation*; Maria Eugenia Prestes, do KwW-Ipex Bank; Guilherme Meira da PROPARCO; Cassio Rost, do Financial Institutions Group do Banco do Brasil; Prof. Dr. Alessandro Oliveira, coordenador do Programa de Infraestrutura do Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA), Profa. Dra. Luciana Marques Vieira da FGV; Prof. Dr. Gabriel Feriancic da Poli-USP; Prof. Dr. Diogo Mac Cord de Faria, coordenador do Projeto infra2038, Profa. Maria João Rolim, pesquisadora da Universidade de Dundee, Prof. Rodrigo Machado Santos; Dr. Juarez Quadros do Nascimento, Presidente da ANATEL; Profa. Dra. Mara Souza, do IFBA que coordenou grandes projetos estaduais de PPP em saúde; e a Profa. Maria Joachim, da Universidade de Michigan.
- Em outras aulas, haverá um debate, liderado pelo Professor ou por membros do GEINFRA (Grupo de Estudos em Internacionalização da Infraestrutura).

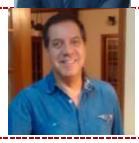
PROFESSOR DA DISCIPLINA E A PARTICIPAÇÃO DO GEINFRA

A disciplina será conduzida pelo Prof. Frederico Turolla e por convidados especiais. Os membros do Grupo de Estudos em Internacionalização de Infraestrutura (GEINFRA) colaboraram no desenvolvimento da disciplina e participarão das sessões de debates.

Prof. Dr. Frederico Araujo Turolla (ESPM/PMDGI)

Doutor e Mestre em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas - SP (2005, 1999), com intercâmbio em International Economics and Finance pela Brandeis University (1997). Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1994). É Vice-Coordenador e professor titular do Programa de Mestrado e Doutorado em Gestão Internacional da Escola Superior de Propaganda e Marketing - **ESPM/PMDGI**. É Diretor pro-bono da SOBEET (Sociedade Brasileira de Estudos das Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica). É membro fundador do capítulo Latino Americano do Academy of International Business. É pesquisador associado do NECTAR/ITA (Núcleo de Economia dos Transportes, do Instituto Tecnológico da Aeronáutica). É sócio da consultoria econômica PEZCO Economic and Business Intelligence. Tem grande experiência como praticante em contratos de concessão e parcerias público-privadas em diversos setores. Pesquisa os investimentos diretos estrangeiros em setores regulados e a internacionalização de empresas, com ênfase no mercado financeiro e de capitais e nos setores de infraestrutura (telecomunicações, transportes, energia e saneamento).

Membros do GEINFRA que colaboram com a elaboração/desenvolvimento da disciplina

	Neusa Souza Doutoranda PMDGI, professora da ESPM. Pesquisa investimentos (IDE) e desinvestimentos diretos estrangeiros (DDE) em infraestrutura de saneamento básico na América do Sul.
	Cristiane Guedes Doutoranda PMDGI, pesquisa a regulação bancária de Basileia e seu impacto nos financiamentos de longo prazo a infraestrutura.
	Maurício Silva Doutorando PMDGI e da área de *Financial Institutions* no Banco do Brasil. Pesquisa acessibilidade, atratividade e benignidade do financiamento à Infraestrutura no Brasil.
	Ricardo Balistiero Doutorando PMDGI e coordenador do curso de Administração no Instituto Mauá de Tecnologia. Pesquisa o financiamento de longo prazo para infraestrutura no Brasil.
	**Oswaldo Pelaes** Doutorando PMDGI e professor de Finanças da ESPM. Pesquisa investimentos diretos estrangeiros no setor de saneamento no Brasil.

	Walter Caballero Mestrando PMDGI e executivo da área financeira. Pesquisa os investimentos diretos estrangeiros no setor de aeroportos no Brasil.
	Túlio Marques Pesquisador e consultor em seguros e garantias. Pesquisa os seguros-garantia nos programas de investimento em infraestrutura.
	Yan Cattani Consultor em projetos de infraestrutura. Em seu Mestrado, pesquisou o setor de saúde, e tem interesse em infraestrutura em geral.

CONVIDADOS ESPECIAIS

O currículo dos convidados está apresentado a seguir. Os demais convidados serão definidos até a aula correspondente.

Luis Afonso Fernandes Lima (Presidente da SOBEET)

Graduação em Ciências Econômicas pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), com mestrado em Economia pela FGV (Fundação Getúlio Vargas). Luis Afonso é, desde 2007, o Diretor-Presidente da SOBEET, Sociedade Brasileira de Estudos das Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica, entidade que é hoje o principal *think tank* brasileiro dedicado ao estudo de empresas transnacionais, da globalização e do setor externo da economia. Ele também é Economista-Chefe da MAPRE Investimentos no Brasil, onde faz cenários, projeções e estratégia macroeconômica. Anteriormente, ele foi economista-chefe do Grupo Telefônica no Brasil e foi economista-chefe ou economista sênior do Grupo Telefônica no Brasil, do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), Banco Bradesco e da CESP - Companhia Energética de São Paulo. Autor de livros como "Internacionalização de Empresas: experiências internacionais selecionadas", publicado pelo IPEA, e o capítulo "Brazil – Foreign Direct Investiment" em livro do *Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias y Universidad Autónoma del Estado de México* (UAEMex), e do artigo *"Brazilian multinationals positive after the global crisis"* publicado pela Universidade de Columbia.

Prof. Dr. André Castro Carvalho (Insper)

André Castro Carvalho é Bacharel, Mestre, Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, tendo sua tese de doutorado "Infraestrutura sob uma perspectiva pública: instrumentos para o seu desenvolvimento" recebido o Prêmio CAPES de Tese 2014 como a melhor tese de Doutorado em Direito defendida em 2013 no Brasil. Foi pós-doutor visiting researcher no Massachusetts Institute of Technology – MIT em 2016. Foi bacharelando (incompleto) em Economia pela Faculdade de Economia,

Administração e Contabilidade - FEA da Universidade de São Paulo. É autor, coordenador e organizador de seis livros e mais de 100 capítulos, papers e artigos em português, espanhol e inglês. Também é treinador corporativo certificado pela Internacional Compliance Association – ICA, e, por meio da consultoria Redcliffe Associates Ltd., do Reino Unido, prestou consultoria para um banco global em 12 países. Foi Diretor de Gestão Corporativa da São Paulo Desenvolvimento de Ativos (SPDA) e da São Paulo Securitização (SP Securitização). Em 2012, foi advogado visitante em Morales & Besa, em Santiago do Chile e assessor jurídico da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR.

Dr. Hector Gomez Ang (*International Finance Corporation*- Grupo Banco Mundial)

Hector Gomez Ang é o Country Head da IFC (International Finance Corporation) para o Brasil desde janeiro de 2013. A IFC, membro do Grupo Banco Mundial, é a maior instituição de desenvolvimento do mundo voltada para o setor privado em mercados emergentes. Trabalhando com mais de 2.000 empresas em todo o mundo, a IFC usa seu capital, expertise e influência para criar mercados e oportunidades nas áreas mais complexas do mundo. A IFC tem uma carteira de investimentos de mais de 4 bilhões de dólares no Brasil, e é assessora técnica de alguns dos mais emblemáticos projetos de parcerias público-privadas, concessões e privatizações no Brasil. Hector chegou ao Brasil em 2011 para desenvolver os negócios da instituição no Nordeste, na Amazônia e no Cerrado. Na IFC desde 2007, trabalhou anteriormente na área de Investimentos no México e na América Central. Com mais de 20 anos de carreira desenvolvida em mercado financeiro e negócios globais, sua experiência anterior inclui passagem pela AIG, Citigroup, Alfa e Schlumberger. Hector é formado em Engenharia Química e de Sistemas e possui MBA pelo Instituto Tecnológico de Monterrey, no México.

Maria Eugenia Prestes (KfW-Ipex Bank)

Maria Eugenia Prestes possui graduação em Relações Internacionais com ênfase em Marketing e Negócios - ESPM (Escola Sup. de Propaganda e Marketing) e pós-graduação em administração de empresas pelo Insper, com intercambio na Università Bocconi. Atualmente é Gerente de Projetos no escritório de representação do KfW-Ipex Bank cobrindo a região da América do Sul. Anteriormente teve passagem na área internacional do Banco BBM e do Banco Safra sendo responsável pelo relacionamento com instituições financeiras para captação proprietária em moeda estrangeira.

Guilherme Meira (PROPARCO)

Guilherme Meira trabalha há 2 anos como Investment Officer na Proparco, sendo responsável pela originação de operações de Dívida, Equity e Quasi-Equity no Brasil em diferentes setores como Infraestrutura, Saúde, Educação, Agribusiness e Bancos. Anteriormente, trabalhou no Citibank como Credit Risk Analyst, no time de Transportation and Industrials cobrindo clientes na América Latina. Guilherme teve experiências anteriores trabalhando em Equity Research e Macroeconomic Research, tanto no Buy-Side como no Sell-Side. Guilherme é graduado em Economia pela FEA-USP.

Cassio Rost (Financial Institutions Group – Banco do Brasil)

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo, possui especialização em Negócios Internacionais pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e MBA em Finanças, com ênfase em Auditoria e Controladoria, pela Fundação Getúlio Vargas. É mestrando em Economia, ênfase em Macroeconomia Financeira, na Fundação Getúlio Vargas. Assessor Empresarial do Financial Institutions Group na Diretoria de Mercado de Capitais e Infraestrutura do Banco do Brasil, é responsável pelo relacionamento com Organismos Multilaterais, Bancos de Desenvolvimento e Export Credit Agencies (ECAs). Anteriormente foi Gerente de Negócios Internacionais na área de câmbio e comércio exterior do BB, e fez parte do projeto Asia Business Desk.

Profa. Ana Lygia Monteferrario Leite (London School of Economics, MSc Candidate)

MSc Candidate in Environmental Policy and Regulation na London School of Economics and Political Science (com aulas e disciplinas terminadas - graduação em agosto de 2018). Certified Financial Planner (CFP) e especialista, trabalhando há mais de 10 anos no mercado financeiro brasileiro. Responsável por fornecer recomendações de compra e venda de fundos e apoio à governança corporativa e agenda ESG (*Environmental Social and Governance*) no Itaú Unibanco Asset Management. Experiência de trabalho internacional na Climate Bonds Initiative em Londres, apoiando o desenvolvimento do programa de mercado de títulos verdes no Brasil. Presidente da Sociedade Brasileira do Goodenough College em Londres, organizando palestras acadêmicas sobre o mercado financeiro brasileiro, desenvolvimento e cultura.

Prof. Dr. Alessandro Vinnicius Marques de Oliveira (Coordenador do INFRA-ITA)

Graduação em Economia (USP, 1994), Mestrado em Transporte Aéreo (ITA, 2000) Livre-Docente em Gestão de Marketing (EACH/USP, 2008) e PhD em Economia (University of Warwick, Inglaterra, 2004). Professor Adjunto do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, ITA. Coordenador do NECTAR - Núcleo de Economia do Transporte Aéreo do ITA. Autor de diversos artigos científicos publicados em âmbito internacional e nacional na área de economia e regulação do transporte aéreo, como *Transportation Research*, *Research in Transportation Economics* e *Journal of Air Transport Management*. Vencedor de prêmios concedidos por CNI, CNT/ANPET, Instituto Liberal, Instituto de Engenheiros da Grã-Bretanha, Ministério da Fazenda, dentre outros. Prêmio Haralambos Simeonidis de Teses em Economia de 2006, concedido pela Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia - ANPEC. Trabalhou na área de custos de produção e controladoria em empresas como Kellogg, Parker-Hannifin e Monsanto do Brasil. Autor dos livros "Transporte Aéreo: Economia e Políticas Públicas" (publicado pela Pezco Editora); e "*Competition in Emerging Airline Markets*". Editor-Chefe do JTL/RELIT - *Journal of Transport Literature*.

Prof. Dr. Gabriel Feriancic (Poli-USP)

Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo, mestrado em Engenharia de Sistemas Logísticos pela Universidade de São Paulo e doutorado em Engenharia de Transportes pela Universidade de São Paulo. Professor Doutor no Departamento de Engenharia de Transportes na Escola Politécnica da USP desde 2016. Diretor da consultoria GPO Sistran desde 2008. Associado ao Instituto de Engenharia de São Paulo desde 2001, e atualmente também é membro-convidado das Comissões de Estudo de Urbanismo e Mobilidade e de Infraestrutura no Instituto dos Advogados de São Paulo.

Profa. Dra. Luciana Marques Vieira (FGV-EAESP, Mestrado Profissional em Supply Chain)

PhD em Agricultural and Food Economics pela University of Reading, Reino Unido ((2004). Pesquisadora visitante na Brown University (EUA) em 2010 e Pós-Doutorado realizado no Institute of Development Studies (Reino Unido) em 2012-2013. Atua como consultora ad hoc da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e foi membro da comissão de avaliação da área Administração, Turismo e Contábeis nos triênios 2007-2009, 2010-2012 e no quadriênio 2013-2016. Bolsista Produtividade Nível 2 do CNPq desde 2009. Luciana é consultora em projetos de organismos internacionais como European Union Trade Comission, World Intelectural Property Organization (Nações Unidas) e Food Foundation (Reino Unido). Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Administração da Produção e Operações Industriais (POI) da FGV-EAESP atuando no Mestrado e Doutorado stricto sensu e no Mestrado

Profissional em Supply Chain. Desde 07/2017 é editora da revista científica JOSCM. No período 2005-2016 atuou como NDP no Programa de Pós-Graduação em Administração da Unisinos. Luciana tem como foco de pesquisa os temas: cadeias globais de valor, relacionamentos entre compradores e fornecedores e internacionalização de empresas, principalmente no setor agroindustrial.

Prof. Dr. Diogo Mac Cord de Faria (Coordenador do Projeto Infra2038)

Engenheiro Mecânico, mestre em administração pública pela universidade de Harvard, doutor em regulação da energia pela USP e certificado CP3P. Como consultor, atuou ao lado de governos, agências reguladoras e investidores em projetos de regulação econômica, avaliação de novos investimentos e modelagem de projetos. Ocupou posições de liderança em decisões que somaram mais de R$40 bilhões nos setores elétrico, saneamento, distribuição de gás e transportes. Em Harvard, como Lemann Fellow, foi embaixador brasileiro do David Rockefeller Center for Latin American Studies e líder do grupo de estudos em infraestrutura e PPPs (envolvendo pesquisadores de Harvard e do MIT). Foi coordenador do MBA do Setor Elétrico da FGV Management e professor de diferentes programas sobre concessões públicas, em temas como regulação econômica, revisão tarifária, gestão de riscos e equilíbrio econômico-financeiro. Atualmente é sócio-diretor da consultoria KPMG, na área de governo e infraestrutura.

Profa. Maria João C. P. Rolim (PhD researcher, University of Dundee)

Advogada e Economista, sócia da área de Energia do escritório Rolim Viotti & Leite Campos Advogados. PhD Researcher do Centre for Energy, Petroleum and Mineral Law and Policy (CEPMLP) da Universidade de Dundee/Escócia. Mestre em Direito Economico pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora da Comissão de Energia do Instituto Brasileiro Direito de Energia (IBDE). Autora de vários artigos sobre energia incluindo o livro “Direito Econômico da Energia Elétrica”.

Prof. Rodrigo Machado Moreira Santos (IBDE)

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto (2008) e Master em Estudos Comparativos do Desenvolvimento pela École des Hautes Études em Sciences Sociales – EHESS, Paris, França (2010). Ocupa atualmente a cadeira de Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos do Direito da Energia – IBDE e é membro da Comissão de Energia da OAB/SP. É professor do Curso de Extensão em Direito da Energia do IBDE, co-organizador da obra “Novos Rumos para a Infraestrutura” (Lex Editora, 2014) e autor de diversos artigos sobre Direito Público e regulação. Presta assessoria jurídica a empresas atuantes em setores regulados, especialmente no Setor Elétrico e de Gás Natural. Recomendado como um dos mais admirados no

Estado de São Paulo e nos setores de Energia Elétrica e Infraestrutura e Regulatório pela Análise Advocacia 500. Recomendado em Energia & Infraestrutura pela IFLR Energy and Infrastructure.

José Avelino Esteves

Economista pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) com Mestrado em Sistemas Energéticos Sustentáveis pela Universidade de Aveiro (Portugal) e Especialização em Finanças pela Universidade Estácio de Sá. Foi Business Developer da ENC Energy para o Brasil e GasGrid. Possui ampla experiência em projetos relacionados a biogás, tendo sido responsável por projetos de Usinas Termoelétrica a biogás de aterro sanitário.

Sandro Yamamoto

Engenheiro Eletricista com MBA em Gestão Empresarial. Especialista em comercialização de energia elétrica e regulação do setor de energia elétrica. Especialista em Automação Industrial. Possui 23 anos de experiência no setor elétrico, tendo atuado nas empresas Eletropaulo, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), EDP Renováveis e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Atualmente é Diretor Técnico na Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica.

Exmo. Sr. Dr. Juarez Quadros do Nascimento (ANATEL)

Ex-ministro de Estado das Comunicações é Engenheiro Eletricista. Iniciou suas atividades profissionais no Sistema Telebrás, onde ascendeu a várias posições de destaque e tem sido regular colaborador de jornais, livros, revistas e sites especializados. No Ministério das Comunicações foi ainda Secretário Executivo, e Secretário de Fiscalização e Outorgas. Foi dirigente da Teleacre, Telepará e Telebrás e, também, conselheiro da Telerj, Telebahia, Teleamapá, Teleceará, Telesp, Embratel, Telebrás, CPqD, Correios e Embraer. Atualmente é presidente do Conselho Diretor da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), e associado honorário da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil). Foi sócio da Orion Consultores Associados, assim como antigo conselheiro da Nokia Solution Networks (NSN), da Fundação de Inovação Tecnológica (FiTec) e do Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite (Sindisat).

Prof. Carlos Roberto de Oliveira (ARES-PCJ e Faculdade de Direito da USP)

Doutorando e Mestre pela Faculdade de Direito da USP. Especialista em Direito pela Universidade de Modena/Itália. Diretor Administrativo e Financeiro da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – ARES-PCJ. Procurador Jurídico efetivo da ARES-PCJ. Professor Universitário.

Luiz Antonio de Oliveira Junior (ARSESP)

Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV-SP, MBA em Regulação de Mercados pela FIPE-SP, especialização em Gestão Ambiental, Graduado em Ciências, Química e Matemática. Experiência na área de Saneamento Básico, tendo atuado no setor técnico da Sabesp de 1997 a 2010. Atualmente ocupa o cargo de Especialista em Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos na Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP; Coordenador do Grupo Técnico de Qualidade da Câmara Técnica de Saneamento Básico, Recursos Hídricos e Saúde (CTSan) da Associação Brasileira de Agências de Regulação - ABAR; Diretor da Associação dos Profissionais das Agências Reguladoras do Estado e São Paulo – APAR-SP.

Eduardo Pacheco (Portal Saneamento Básico)

Engenheiro Sanitarista pela Escola de Engenharia Mauá, turma de 1987. Trabalhou como engenheiro de processos na Equipamentos Villares e Pertécnica Engenharia, como coordenador de contratos na CESP – Cia. Energética de São Paulo, como gerente de produtos na Degrémont (atual SUEZ), gerente técnico-comercial na PERENNE, diretor técnico na Hidrogesp (atual OPERSAN), gerente técnico-comercial na NALCO-ECOLAB e, atualmente, é diretor técnico do Portal Tratamento de Água e do Portal Saneamento Básico.

Profa. Dra. Mara Clecia Dantas de Souza (Pesquisadora do IFBA / RedePPP)

Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia (2007), mestre em Engenharia Biomédica pela Universidade Federal da Paraíba (2000), especialista em Segurança do Trabalho (1997) e Engenharia Clínica (2001), graduada em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal da Bahia (1992). Foi diretora da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia da área de ciência, tecnologia e inovação em saúde (2007-2013), atuou como assessora do Secretário da Fazenda desenvolvendo atividades na Unidade de PPP (2013-2015) e foi diretora de Inovação e Competitividade da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia (2015-2017). Entre 2008 e 2015 foi responsável pela gestão de vários projetos estratégicos do governo do

estado da Bahia, como construção de diversos hospitais, captação de empréstimos internacionais e modelagem de projetos de Parceria Público-Privado. Possui vasta experiência em estruturação de projetos PPP; atuou como coordenadora do Projeto de Hospital do Subúrbio e do Hospital Estadual da Criança; do Projeto do Instituto Couto Maia; do Projeto de Rede de Diagnóstico por Imagem; além disso, foi membro de diversos grupos de trabalho de projeto de PPP, tais como: do Centro Integrado de Gestão de Emergências, da Ponte Salvador-Ilha de Itaparica e de Banda Larga. Também avaliou diversas iniciativas de projetos de PPP submetidos à unidade de PPP da Bahia, são eles: Aeroporto de Ilhéus, Sistema Prisional, Sistema de Identificação Digital do Cidadão, Espaço Interativo da Ribeira, Gestão de Resíduos Sólidos. Enquanto pertencia à Unidade de PPP, propôs: a criação da RedePPP - rede intergovernamental para o desenvolvimento das Parcerias Público-Privadas e o plano de capacitação em PPPs do governo do estado da Bahia, onde estabeleceu as bases para a criação do MBA em PPPs e Concessões. Entre 2016 e 2017 realizou consultoria para o Banco Interamericano de Desenvolvimento na elaboração de material didático para um curso à distância sobre PPP em Saúde. Tem experiência em gestão do ciclo de vida de equipamentos médicos. Desde de 1999 é professora do Instituto Federal da Bahia. Tem experiência na área de gestão pública atuando principalmente nos seguintes temas: Parcerias Público Privadas, concessões, engenharia clínica.

Profa. Maria Joachim (University of Michigan, PhD Research Scholar)

Maria Joachim, MSc, é Phd Research Scholar no Departamento de Política de Saúde e Gestão da Universidade de Michigan. Seus principais interesses estão na organização, gestão e políticas dos serviços de saúde para o fortalecimento dos sistemas de saúde e na reforma dos sistemas de saúde, numa perspectiva internacional. Para sua tese, Maria Joachim está estudando parcerias público-privadas (PPPs) e extrai experiências em contextos internacionais, bem como em exemplos mais específicos do Brasil. Maria é mestre em Saúde Global e População pela Harvard T.H. Chan Escola de Saúde Pública.

PARCEIROS NA REALIZAÇÃO DESTA DISCIPLINA

A disciplina foi desenvolvida e executada contando com a colaboração das seguintes instituições/grupos de pesquisa:

SOBEET – Sociedade Brasileira de Estudos das Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica

A SOBEET é uma entidade civil, apartidária, sem fins lucrativos e de caráter técnico-científico. A repercussão do trabalho realizado desde 1994 e a respeitabilidade adquirida pelas iniciativas da sociedade têm conferido à SOBEET presença no debate sobre a inserção internacional do Brasil. A SOBEET foi fundada em agosto de 1994, no Rio de Janeiro, por um grupo de pesquisadores e profissionais da área pública e privada, diplomatas, empresários, técnicos de sindicatos e representantes de Câmaras de Comércio, entre outros. O grupo tinha como objetivo estabelecer um fórum permanente de debates, de

estudos e de reflexão sobre a questão da inserção internacional de diferentes economias, notadamente daquelas em desenvolvimento. Inescapavelmente, o Brasil é o espaço econômico para onde a maior parte dos interesses de análise converge. Não obstante, a intenção foi constituir um fórum de reflexão que concentrasse suas atividades no debate sobre as tendências do processo de globalização econômica e seus impactos sobre as economias nacionais. Neste sentido, um dos principais objetos de estudo e de debate são as empresas transnacionais e os fluxos financeiros, tecnológicos e comerciais por elas veiculados.

NECTAR/ITA - Núcleo de Economia do Transporte Aéreo - Instituto Tecnológico de Aeronáutica

O NECTAR-ITA, Núcleo de Economia do Transporte Aéreo do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, localizado no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em São José dos Campos, foi o primeiro centro de pesquisas exclusivamente dedicado a pesquisa aplicada ao setor de transporte aéreo no Brasil. Originalmente constituído em 1977, com as iniciativas pioneiras de Michal Gartenkraut, e restabelecido em 2004, o NECTAR-ITA tem suas origens na fundação do próprio ITA, no início da década de 1950, com a vinda de professores de Economias de Linhas Aéreas ao Brasil. Contou com o apoio da FAPESP desde o seu relançamento. Em inglês, o grupo possui denominação de *Center for Airline Economics*. O núcleo dedica-se a estudos de economia dos transportes, sendo um dos poucos no mundo centrado em aplicações em Econometria do Transporte Aéreo. Tem como enfoque os estudos de demanda, concorrência, regulação e relação entre operação de transporte aéreo e infraestrutura aeroportuária. O NECTAR está certificado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, onde constam os atuais pesquisadores e projetos de pesquisa.

Projeto infra2038

Somos uma associação de profissionais comprometidos com os diferentes setores da infraestrutura, e que sabem da importância deste tema para o desenvolvimento do país. O infra2038 não tem fins lucrativos, e seus membros (voluntários) acreditam que (a) O país precisa avançar fortemente em sua infraestrutura para garantir um aumento de produtividade que, por sua vez, garantirá uma maior competitividade internacional; (b) Dada à incapacidade fiscal e de gestão do Estado, estes investimentos precisarão ser fundamentalmente garantidos com dinheiro privado; e (c) o Estado permanece com o importante papel de planejar, facilitar e regular os diferentes setores da infraestrutura. Em resumo, acreditamos na "parceria público privada" em sua essência, construindo um "ganha-ganha" que garantirá um crescimento econômico sustentável para o Brasil. Por isso, temos membros que atuam tanto no setor público quanto no privado – e queremos construir uma ponte permanente que permita o diálogo este estas duas partes. No nosso site (https://www.infra2038.org/) é possível ler nossa Carta Aberta e entender mais sobre nossos objetivos.

Portal Saneamento Básico (www.saneamentobasico.com.br)

Com mais de 10 anos no ar, é o maior portal de notícias voltado totalmente para o setor de saneamento básico e ambiental, e tem mais de 2.000 acessos por dia vindos de todo o Brasil e do exterior. Os visitantes do Portal são engenheiros, técnicos, políticos, executivos do setor, integrantes dos Ministérios Público Federal e Estadual, membros das Agências Reguladoras, prefeitos, vereadores, deputados (e suas assessorias), jornalistas, diretores e executivos de concessões privadas e públicas, investidores, advogados e

demais profissionais formadores de opinião deste setor. Desde a sua criação, ele tem o objetivo de informar a esses profissionais tudo o que acontece no dia-a-dia deste importante segmento. O **Portal Saneamento Básico** não possui nenhum vínculo com partidos políticos ou associações de classe, levando de forma transparente e imparcial notícias do setor público e privado, e todo o seu conteúdo é de inteira responsabilidade das fontes citadas. Nascido dentro da Universidade de São Paulo, o **Portal Saneamento Básico** pertence hoje à empresa SUD AMERICA Engenharia, Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. e tem como responsáveis os engenheiros sanitaristas Alexandre Lopes e Eduardo Pacheco.

GEINFRA – Grupo de Estudos de Internacionalização de Infraestrutura

O GEINFRA – Grupo de Estudos de Internacionalização de Infraestrutura reúne pesquisadores ligados ao Programa de Mestrado e Doutorado em Gestão Internacional da ESPM (PMDGI) e de outras instituições interessadas. O grupo tem como objetivo a promoção de estudos e pesquisas em duas linhas principais. Uma linha é sobre o tema dos investimentos diretos estrangeiros e outros modos de entradas nos mercados internacionais de infraestrutura. Outra linha diz respeito ao financiamento e aos modos contratuais nos investimentos em infraestrutura, particularmente no ambiente do *project finance* e de contratos de concessão e de Parceria Público-Privada. O líder do grupo de pesquisas é o Prof. Dr. Frederico Araujo Turolla, e seus orientandos de Mestrado e de Doutorado. O grupo se volta aos diversos setores de infraestrutura, incluindo: transportes e logística nos diversos modais, energia em suas diversas modalidades, saneamento básico e resíduos sólidos, telecomunicações e a infraestrutura social, que inclui os setores de saúde, educação, entre outros. O grupo já atingiu uma importante base de publicações internacionais sobre os seus temas de estudo e tem a disciplina "Parcerias Público-Privadas em Negócios Internacionais" como um ponto de convergência de seus pesquisadores, além dos congressos científicos e reuniões acadêmicas.

Nota: a exclusiva responsabilidade por todos os aspectos da disciplina é do professor responsável, Frederico Araujo Turolla. Os parceiros listados acima ofereceram insumos ou colaboração em partes pontuais da disciplina, não lhes cabendo qualquer responsabilidade sobre nenhum aspecto da mesma.

PÚBLICO-ALVO E A POLÍTICA PARA ALUNOS OUVINTES

A disciplina se destina prioritariamente aos Mestrandos, Doutorandos e Pós-Doutorandos do PMDGI. Adicionalmente, serão admitidos com prioridade os seguintes:

- Alunos regulares de outros programas da ESPM: MPCC e PPGCOM;
- Alunos regulares de programas com acordo de nucleação com o PMDGI: PPGA da FEA/USP; CMCD-AE da EAESP/FGV; PPGA/UNINOVE; e PDEN/INSPER (em assinatura);
- Alunos ouvintes do programa INFRA-ITA, que é parceiro nesta disciplina.

Alunos ouvintes de outros programas de pós-graduação poderão participar, sob consulta ao professor, sujeito a disponibilidade de vagas no espaço alocado para a disciplina.

Excepcionalmente serão admitidos alunos ouvintes não vinculados a programas de pós-graduação, principalmente nas sessões setoriais. Em cada sessão setorial, o professor e os membros do GEINFRA convidarão alguns executivos ou técnicos da indústria sob análise, para enriquecer a

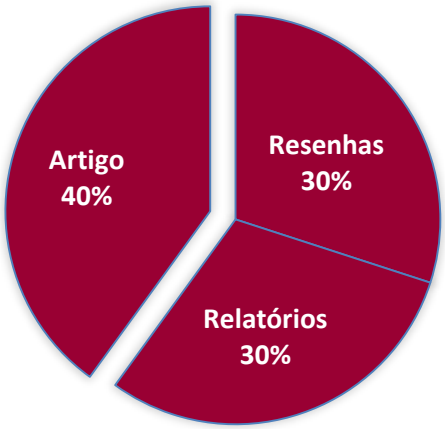
experiência da aula. A SOBEET, como instituição parceira nesta disciplina, também poderá indicar participantes ouvintes.

Em caso de aluno de graduação, bolsista de iniciação científica, de qualquer instituição, que queira participar como ouvinte, teremos muito prazer em admitir.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E INSTRUÇÕES SOBRE OS DELIVERABLES

A nota da disciplina será computada através da avaliação, pelo professor, dos seguintes *deliverables*:

- Resenhas (3 resenhas)..... 30%
- Relatório do dia de aulas (3 relatórios, ou resenhas adicionais) 30%
- Artigo 40%



<u>Instruções sobre as resenhas e relatórios</u>

- Cada resenha ou relatório deverá abordar as duas aulas do mesmo dia.
- Durante a disciplina, o aluno deverá entregar pelo menos **3 resenhas e 3 relatórios**
    - Os relatórios podem ser substituídos por resenhas, ou seja, o aluno poderá optar por entregar somente resenhas, ou entregar mais resenhas que relatórios. Mas *não é permitido substituir resenhas por relatórios*.
- As **resenhas** deverão ser enviadas ao e-mail do professor até a meia-noite do dia anterior à aula
    - As resenhas deverão conter: resumo das ideias principais do texto da bibliografia obrigatória; breve comentário sobre a bibliografia complementar ou adicional; comentário do aluno sobre a leitura realizada.
    - Sugere-se como meta a extensão de 3 páginas.
- Os **relatórios** poderão ser enviados até o início da aula da semana seguinte
    - Os relatórios deverão conter: resumo do que foi apresentado no dia; discussão sobre conexão entre a bibliografia sugerida e o que foi efetivamente apresentado; comentários do aluno sobre a aula; análise de comentários que foram feitos em sala pelos outros alunos.
    - Sugere-se como meta a extensão de 4-5 páginas

- Entregas fora do prazo terão penalização parcial.

ARTIGO CIENTÍFICO

Como requisito de avaliação da disciplina, os alunos deverão produzir, em grupos, um *paper* acadêmico que envolva em seu referencial teórico, um dos temas discutidos em sala de aula.

No dia **21-mai-18**, todos deverão entregar a **proposta inicial** do artigo final. Será uma ideia inicial (abstract) escrita no máximo em **uma página** mostrando o que pretende desenvolver de tema no artigo final. É apenas o primeiro esboço de ideias, mas que será importante para ir amadurecendo ao longo do semestre antes da apresentação final.

O **ARTIGO FINAL** deverá ser submetido até **25-jun-18.** Nota-se que cada dia de atraso sofrerá uma penalidade de 10% da nota do artigo. Sugere-se que o artigo desenvolvido seja submetido futuramente para alguma conferência e/ou periódico com Qualis CAPES B3-B5. O artigo deverá ter entre 10-15 páginas (espaço 1.5 linhas, Times New Roman 12) com o formato exigido pela ANPAD e deverá incluir:

- Título do Artigo, Abstract/Resumo;
- Introdução: Contextualização, pergunta de pesquisa, objetivos e justificativas;
- Fundamentação Teórica – revisão de literatura
- Metodologia
- Análise de Dados e Discussão
- Considerações Finais
- Referência

AULA-A-AULA E BIBLIOGRAFIA

A seguir, apresentamos o conteúdo e a bibliografia para cada aula.

AULA #0 – INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS EM INFRAESTRUTURA NO BRASIL 17

AULA #1 – PPP EM NI: A ECONOMIA DAS PPP 18

AULA #2 – PPP EM NI: A LITERATURA DE IDE/NEMS EM INFRA 19

AULA #3 – MODOS CONTRATUAIS EM INFRAESTRUTURA 20

AULA #4 – PALESTRA | DESENHO DE CONTRATOS NO BRASIL 21

AULA #5 – FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO 22

AULA #6 – DEBATE | FINANCIADORES SUPRANACIONAIS 23

AULA #7 – INFRA DE TRANSPORTES E DE LOGÍSTICA 24

AULA #8 – PALESTRA | PLANEJAMENTO DE TRAER 25

AULA #9 – ENERGIA ELÉTRICA, PETRÓLEO E GÁS 26

AULA #10 – DEBATE | ENERGIA ELÉTRICA 27

AULA #11 – TELECOMUNICAÇÕES 28

AULA #12 – PALESTRA | REGULAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES E IDE 29

AULA #13 – SANEAMENTO BÁSICO E RESÍDUOS SÓLIDOS 30

AULA #14 – DEBATE | IDE E DDE EM SANEAMENTO NO BRASIL 31

AULA #15 – INFRA SOCIAL: SAÚDE, EDUCAÇÃO E OUTROS 32

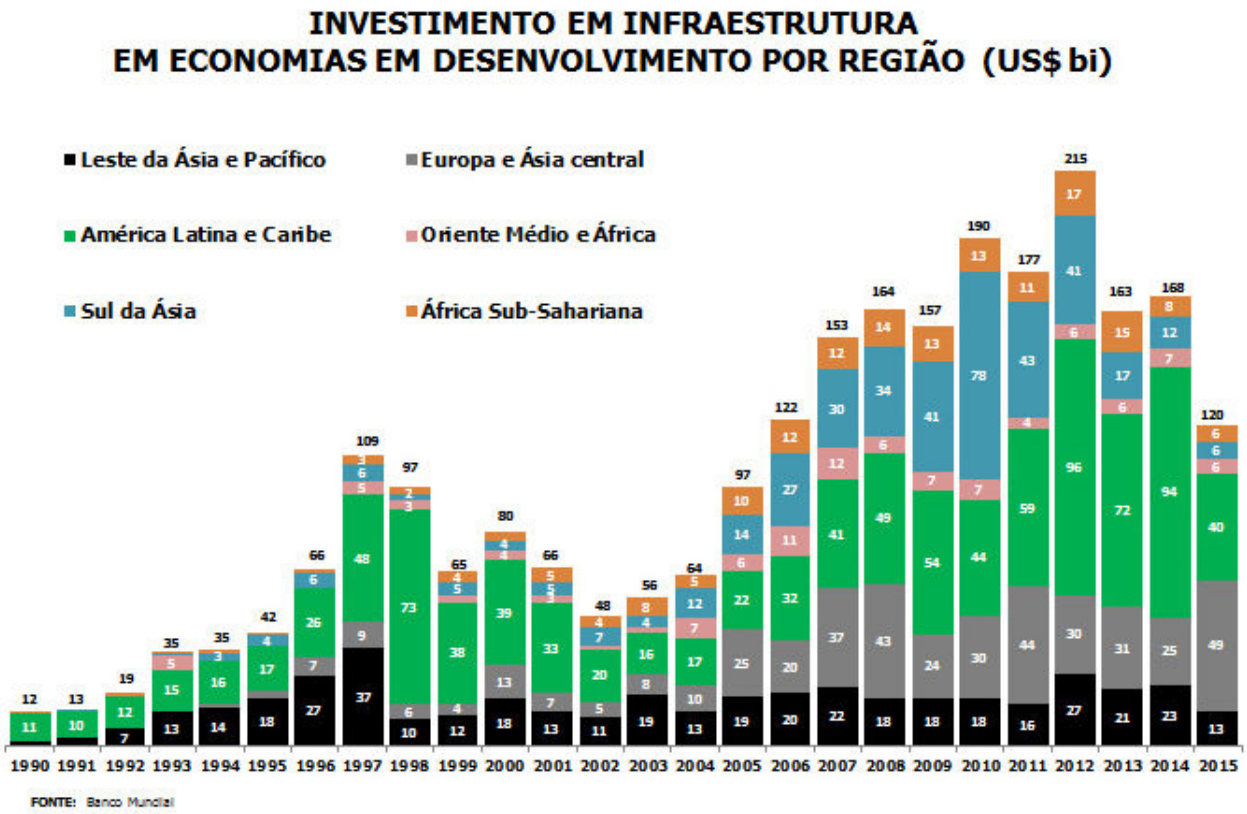
AULA #16 – DEBATE | INFRAESTRUTURA SOCIAL – PPP EM SAÚDE 33

CRONOGRAMA *(ESTE CRONOGRAMA É APENAS UM INDICATIVO, PODENDO SOFRER ALTERAÇÕES AO LONGO DO CURSO MEDIANTE PRÉVIA COMUNICAÇÃO)* 34

Aula #0 – Investimentos diretos estrangeiros em infraestrutura no Brasil

Esta aula é a abertura da disciplina e corresponde a uma rápida palestra, de 20-30 minutos. Receberemos, como palestrante, o presidente da SOBEET, Luis Afonso Fernandes Lima, que comentará os estudos da SOBEET sobre os investimentos diretos estrangeiros em infraestrutura no Brasil.

O gráfico a seguir é parte do Boletim no. 103 da SOBEET e mostra que os investimentos internacionais em infraestrutura nos países em desenvolvimento se tornaram mais significativos desde meados da década passada, apesar da queda nos anos recentes.



Bibliografia recomendada

SOBEET (2016A). Concessões e Privatizações – Desafios para atração de investimentos diretos estrangeiros (Parte I). Boletim da SOBEET no. 103. Sociedade Brasileira de Estudos das Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica, Setembro de 2016.

SOBEET (2016B). Concessões e Privatizações – Desafios para atração de investimentos diretos estrangeiros (Parte II). Boletim da SOBEET no. 104. Sociedade Brasileira de Estudos das Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica, Outubro de 2016.

Aula #1 – PPP em NI: a Economia das PPP

Nesta aula fazemos uma visão geral da Economia da Infraestrutura e uma introdução ao tema das Parcerias Público-Privadas. Esta é uma literatura ampla e bastante desenvolvida em vários segmentos.

Nossa abordagem de PPP estará fundamentada no conceito de falhas de mercado, que constituem justificativas técnicas tanto para a regulação de mercados quanto para a provisão de bens e serviços pelo Estado, em muitos casos ensejando mecanismos de Participação do Setor Privado (PSP). Essas falhas incluem a presença de monopólios naturais, as assimetrias informacionais, entre outras. Em seguida, discutimos aspectos econômicos característicos dos contratos de parceria público-privada.

Bibliografia Obrigatória

ENGEL, Eduardo MRA; FISCHER, Ronald D.; GALETOVIC, Alexander. The economics of infrastructure finance: Public-private partnerships versus public provision. EIB papers, v. 15, n. 1, p. 40-69, 2010.

Bibliografia Complementar

OECD (2008) Public-Private Partnerships: In Pursuit of Risk Sharing and Value for Money, Paris.

YESCOMBE, Edward R. Public-private partnerships: principles of policy and finance. Butterworth-Heinemann, 2011.

Bibliografia Adicional

AKINTOYE, A.; BECK, M. HARDCASTLE, C. Public-Private Partnerships: Managing Risks and Opportunities. Blackwell Publishing, 2003.

CRUZ, C. O. MARQUES, R. C. O Estado e as Parcerias Público-Privadas. Lisboa: Edições Sílabo, 2012.

DEWULF, G.; BLANKEN, A.; BULT-SPIERING, M. Strategic Issues in Public-Private Partnerships. Wiley-Blackwell, 2012, 2a edição.

GRIMSEY, Darrin; LEWIS, Mervyn K. Are Public Private Partnerships value for money? Evaluating alternative approaches and comparing academic and practitioner views. In: Accounting Forum. Elsevier, 2005. p. 345-378.

IBRD-ADB-IDB. Asociaciones Público-Privadas - Guía de Referencia, Versión 2.0. Banco Internacional de Reconstrucción y Desarrollo / Banco Mundial, Banco Asiático de Desarrollo y Banco Interamericano de Desarrollo, 2014.

SENNES, Ricardo; LOHBAUER, Rosane Menezes; SANTOS, Rodrigo Machado M; KOHLMANN, Gabriel Berton; BARATA, Rodrigo Sarmento (coordenadores). Novos rumos para a infraestrutura: eficiência, inovação e desenvolvimento. São Paulo: LEX Editora, 2014.

Aula #2 – PPP em NI: a literatura de IDE/NEMs em infra

Em seus artigos clássicos, *Sir* John Dunning abordou a questão da produção internacional de bens e serviços, tornando-se um expoente da teoria do Investimento Direto Estrangeiro (IDE).

Nesta aula e em nosso grupo de pesquisas, abordamos uma questão mais específica: os elementos de uma teoria da produção internacional de serviços de infraestrutura. Para Sader (2000), o IDE é o motor que está por trás da revolução da infraestrutura privada. O IDE é um modo de entrada típico em mercados internacionais de infraestrutura, assim como os modos contratuais (*Non-Equity Modes* - NEMs), notadamente os contratos de concessão/PPP.

As idiossincrasias dos setores de infraestrutura podem exigir modificações nas atuais teorias de negócios internacionais para a explicação do contexto específico dos investimentos diretos estrangeiros em infraestrutura (Sarkar, Cavusgil e Aulakh, 1999). Parte-se de uma visão microeconômica que claramente requer a consideração sobre as principais falhas de mercado desses serviços e o decorrente papel fundamental da regulação desses mercados (Ramamurti e Doh, 2004).

Bibliografia Obrigatória

RAMAMURTI, Ravi; DOH, Jonathan P. Rethinking foreign infrastructure investment in developing countries. Journal of World Business, v. 39, n. 2, p. 151-167, 2004.

Bibliografia Complementar

KIRKPATRICK, Colin; PARKER, David; ZHANG, Y.-F. Foreign direct investment in infrastructure in developing countries: does regulation make a difference? Transnational Corporations, v. 15, n. 1, p. 143, 2006.

NETO, Zake Sabbag; OGASAVARA, Mário Henrique; TUROLLA, Frederico Araújo. Risk management on attracting FDI to infrastructure projects in emerging markets: A conceptual model. SGBED Conference 2016 (Society for Global Business and Economic Development), p. 174, 2016.

SADER, Frank. Attracting foreign direct investment into infrastructure: Why is it so difficult? World Bank Publications, 2000.

SARKAR, M. B.; CAVUSGIL, S. Tamer; AULAKH, Preet S. International expansion of telecommunication carriers: The influence of market structure, network characteristics, and entry imperfections. Journal of International Business Studies, v. 30, n. 2, p. 361-381, 1999.

TUROLLA, Frederico Araujo. Towards a theory of international production of infrastructure services. InternexT, v. 8, n. 1, p. 17-30, 2013.

UNCTAD 2008. Transnational Corporations and the Infrastructure Challenge. World Investment Report, 2008.

Bibliografia Adicional

FUNG, Kwok-Chiu; GARCIA-HERRERO, Alicia; NG, Francis. Foreign direct investment in cross-border infrastructure projects. ADB – Asian Development Bank, 2011.

TUROLLA, Frederico Araujo; PAIVA, André Ricardo Noborikawa; MONTEIRO, Érika Roberta. Internacionalização de empresas de infra-estrutura. InternexT, v. 4, n. 1, p. 40-59, 2009.

UNCTAD. World Investment Report 2011: non-equity modes of international production and development. World Investment Report, 2011.

Aula #3 – Modos contratuais em infraestrutura

Os contratos de longo prazo entre a Administração Pública e os concessionários privados são elementos básicos na participação do setor Privado (PSP) em setores de infraestrutura econômica e social. Parte-se do pressuposto de que os contratos são incompletos (Hart, 2003 e outros).

PPP, nesta disciplina, é abordada de forma mais ampla do que o conceito do Direito brasileiro. Aqui, definimos PPP como um arranjo cooperativo entre um parceiro público e um parceiro privado, consubstanciado em um contrato de longo prazo entre concedente e concessionário. No Direito brasileiro, a lei 11.079 de 2004 estabelece que são chamadas de PPPs as concessões de serviços públicos nas modalidades Administrativa e Patrocinada. As concessões comuns, disciplinadas pela lei no. 8.987 de 1995, têm outra natureza e não são chamadas, no Brasil, de PPP.

Os tipos de contrato variam entre as diversas jurisdições, mas há características comuns dos modelos contratuais. Um ponto importante da avaliação dos modos contratuais é a sua comparação com a prestação direta dos serviços pela Administração Pública, com metodologias que vêm sendo chamadas genericamente de Análise de *Value for Money (VfM)*.

Bibliografia Obrigatória

HART, Oliver. Incomplete contracts and public ownership: Remarks, and an application to public-private partnerships. The Economic Journal, v. 113, n. 486, 2003.

Bibliografia Complementar

CAMINHA, Uinie; LIMA, Juliana Cardoso. Contrato incompleto: uma perspectiva entre direito e economia para contratos de longo termo. Revista Direito GV, v. 10, n. 1, p. 155, 2014.

GUASCH, J. Luis, Jean-Jacques Laffont, and Stephane Straub. Infrastructure concessions in Latin America: government-led renegotiations. No. 3749. The World Bank, 2005.

HART, Oliver, MOORE, John. 2007. "Incomplete Contracts and Ownership: Some New thoughts." American Economic Review, 97(2): 182-186.

WILLIAMSON, Oliver E. As Instituições Econômicas do Capitalismo. Tradução de Frederico Araujo Turolla; André Ricardo Noborikawa Paiva, et al. São Paulo: Pezco, 2012.

Bibliografia Adicional

GRILO, Leonardo Melhorato; Alves, Rubens T. Guia Prático de Análise do Value for Money em Projetos de PPP. São Paulo, 2011.

GRIMSEY, D.; Lewis,K. (2005) Are Public Private Partnerships value for money?: Evaluating alternative approaches and comparing academic and practitioner views, Accounting Forum 29(4) 345-378.

GRIMSEY, Darrin & Lewis, Mervyn K. (2004) Discount debates: Rates, risk, uncertainty and value for money in PPPs, Public Infrastructure Bulletin, 1(3) 1-5.

Aula #4 – PALESTRA | Desenho de contratos no Brasil

No Direito brasileiro, a disciplina contratual público-pública e público-privada vem permitindo um aumento significativo do leque de possibilidades relacionadas à prestação e ao financiamento dos serviços de infraestrutura, viabilizando novas formas de cooperação entre uma grande variedade de agentes públicos e privados. Há três modalidades principais de contratos de longo prazo para Participação do Setor Privado: a concessão comum, a concessão Administrativa e a concessão Patrocinada. Um aspecto peculiar do nosso Direito é a presença de um contrato de parceria público-pública, o chamado contrato de Programa, que dá conta de relações interfederativas cuja maior incidência hoje se dá no setor de saneamento. O desenho desses contratos sob o ponto de vista dos incentivos contratuais assume uma importância central, inclusive para a atração de competidores estrangeiros.

Nesta sessão teremos uma palestra do Prof. Dr. André Castro Carvalho sobre o desenho de contratos no Brasil, comparativamente a outros países.

Bibliografia Obrigatória

CARVALHO, André Castro. Dinâmica das Regras Econômicas e Jurídicas nos Contratos de Concessões de Serviços Públicos. In: Yanko Xavier et al, Temas de direito e economia , 2010.

Bibliografia Complementar

PORTUGAL RIBEIRO, Mauricio. Concessões e PPPs: melhores práticas em licitações e contratos. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Adicional

IFC (2015). Estruturação de Projetos de PPP e Concessão no Brasil: Diagnóstico do modelo brasileiro e propostas de aperfeiçoamento. Estudo para o Programa de Fomento à Participação Privada, coordenado pelo IFC - International Finance Corporation – World Bank Group.

OLIVEIRA, G. e OLIVEIRA FILHO, L. C. (organizadores). Parcerias Público-Privadas: Experiências, Desafios e Propostas. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2013.

SENNES, R. KOHLMANN, R. B. Perspectivas Internacionais do Mercado de Infraestrutura Brasileiro. In: SENNES, R. U. (Org.) ; LOHBAUER, R. M. (Org.) ; Santos, R. M (Org.) ; KOHLMANN, G. B. (Org.) ; Barata, R. S. (Org.) . Novos Rumos para a Infraestrutura: Eficiência, inovação e desenvolvimento. São Paulo: Lex Editora, 2014.

Aula #5 – Financiamento de longo prazo

O mercado financeiro e de capitais padece de uma conhecida falha de mercado, que corresponde à assimetria de informação e seus desdobramentos. Essa falha é especialmente marcante em mercados de infraestrutura, como o saneamento, um segmento onde os ativos têm forte caráter de monopólio natural. Sob esta falha, os financiadores não têm condições de avaliar adequadamente alguns atributos fundamentais dos tomadores ou de seus projetos, como a sua capacidade de restituição ou mesmo a sua real disposição em, no momento do vencimento da operação, efetivar essa restituição. Assim, em presença de forte assimetria informacional na concessão de financiamentos ao setor, a defesa típica dos agentes financiadores vem na forma de exigência de garantias, ou tipicamente uma sub oferta de financiamentos pelo sistema financeiro privado, assim como pelo mercado de capitais.

A resposta privada típica à falha de mercado do financiamento à infraestrutura envolve a utilização de estruturas de financiamento de projetos (*project finance*), que se tornou o modo preferencial pelo qual empresas multinacionais e domésticas investem em infraestrutura, em oposição ao financiamento corporativo (*corporate finance*), conforme o trabalho seminal de Sawant (2010). Os programas de seguros e garantias são fundamentais para estruturas adequadas de *project finance* (Marques e Turolla, 2017).

A falha de mercado também enseja políticas públicas. Existem, em vários países, estruturas de financiamento públicas voltadas para a oferta de fomento à infraestrutura, inclusive no Brasil, mas geralmente de forma insuficiente para dar conta de todo o volume necessário aos investimentos requeridos para a universalização dos serviços. No Brasil, a utilização de recursos subsidiados de fundos como o FAT e FGTS, assim como a participação de bancos públicos, tem sido frequentemente justificada nessas bases.

Bibliografia Obrigatória

MULLNER, Jakob. International project finance: review and implications for international finance and international business. Management Review Quarterly, v. 67, n. 2, p. 97-133, 2017.

Bibliografia Complementar

SAWANT, R. J. (2010). The economics of large-scale infrastructure FDI: The case of project finance. JIBS - Journal of International Business Studies, 41(6), 1036-1055.

HOFFMAN, S. L. (2008) The Law and Business of International Project Finance. Cambridge U Press, 3rd ed.

INDERST, G. (2018), Infrastructure Investment, Private Finance, and Institutional Investors: Asia from a Global Perspective. In: Yoshino, N., Helble, M. and Abidhadjaev, U. (Eds.), Financing Infrastructure in Asia and the Pacific. Capturing Impacts and New Sources. Asian Development Bank Institute.

MARQUES, Túlio H. TUROLLA, Frederico A. Is there an institutional void in risk mitigation in the Brazilian electricity sector? The case of surety bonds. 6th SGBED Conference, 2017.

OECD (2010) Innovative Financing Mechanisms for the Water Sector, OECD: Paris.

WINPENNY, James. (2003). Financing water for all. World Water Council, Secretariat of the 3rd World Water Forum and Global Water Partnership. (Relatório CAMDESSUS).

Bibliografia Adicional

AMMAR, Semir Ben; ELING, Martin. Common risk factors of infrastructure investments. Energy Economics, v. 49, p. 257-273, 2015.

GURRÍA, Angel. Gurría Report (2006): Task force on financing water for all – Report 1. Enhancing access to finance for local governments & financing water for agriculture. World Water Council, 2006.

HOFFMANN, A. F.; DI GIROLAMO FILHO, J. A. (2017) O seguro garantia em projetos de infraestrutura. In: E. A. R. Contani e J. R. F. Savóia (orgs) Infraestrutura no Brasil. São Paulo: Atlas.

OECD (2014). Institutional investors and long-term investment: Project Report. OECD, May 2014.

OECD (2015). Infrastructure investment financing and incentives. OECD, 2015.

Aula #6 – DEBATE | Financiadores supranacionais

Nesta seção serão convidados financiadores supranacionais para um debate sobre o papel dessas instituições no financiamento à infraestrutura no Brasil.

O debate será liderado pelo pesquisador Maurício Alexandre Silva (*Financial Institutions Group* do Banco do Brasil e GEINFRA), com participação especial de Ricardo Balistiero (GEINFRA, Mauá). Já temos confirmada a participação de representantes do IFC/Banco Mundial, KfW-IPEX Bank, PROPARCO e Banco do Brasil.

Teremos ainda uma exposição, na primeira parte, sobre *green financing* de projetos de infraestrutura, por Ana Lygia Monteferrario Leite, do programa de Environmental Policy and Regulation da London School of Economics.

Bibliografia Obrigatória

COSTA, Carlos Eduardo Lampert; FORERO GONZÁLEZ, Manuel José; ALMEIDA, Nathália Filgueiras de. A lógica de funcionamento dos bancos multilaterais de desenvolvimento e o seu relacionamento com o Brasil no período 1990-2012. IPEA, 2014.

Bibliografia Complementar

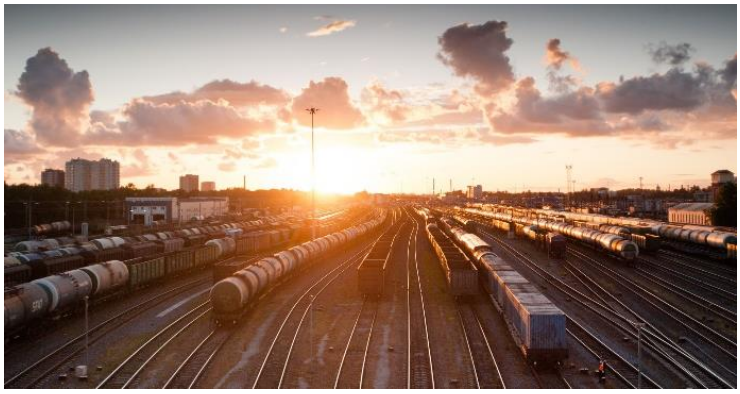
CNI (2016). O financiamento do investimento em infraestrutura no Brasil: uma agenda para sua expansão sustentada. Estudo por Claudio Frischtak e Julia Noronha. CNI – Confederação Nacional da Indústria. Brasília, 2016.

PRADA, Fernando. World Bank, Inter-American Development Bank, and subregional development banks in Latin America: dynamics of a system of multilateral development banks. 2012.

Bibliografia Adicional

TBD.

Aula #7 – Infra de transportes e de logística



Além da presença de importantes externalidades, o setor de transportes possui algumas características econômicas relativamente bem definidas, em particular nos segmentos de infraestrutura.

Os principais modais de transporte são rodoviário, ferroviário, aeroviário, aquaviário e dutoviário. Sabe-se que a desregulamentação dos mercados de transporte, em muitos países ao redor do mundo, permitiu uma interação competitiva ampliada entre as operadoras, que conduziu a melhorias substanciais na eficiência produtiva e alocativa. Porém, foi justamente a presença de recursos essenciais, como os aeroportos, um dos fatores que limitou o alcance e o sucesso destas reformas, juntamente com a persistência de intervenção redundante e de poder de mercado de firmas estabelecidas. A mesma análise vale para outros modais de transporte que apresentam recursos essenciais.

Há uma literatura que identifica o papel do setor de transportes no investimento direto estrangeiro. Aqui, estamos preocupados com o investimento direto estrangeiro no próprio setor de transportes, e não com o efeito da presença da infraestrutura de transportes no IDE em geral, um assunto mais desenvolvido na literatura acadêmica.

Bibliografia Obrigatória

PINHEIRO, Armando C.; FRISCHTAK, Cláudio (orgs). Gargalos e soluções na infraestrutura de transportes. Editora FGV, 2014.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, Alessandro V. M.; TUROLLA, Frederico Araujo. Financiamento da infraestrutura de transportes. Journal of Transport Literature, v. 7, n. 1, p. 103-126, 2013.

Bibliografia Adicional

WORLD BANK (2009) Toolkit for Public Private Partnerships in Roads and Highways.

Aula #8 – PALESTRA | Planejamento de TRAER

Nesta aula receberemos o convidado especial, Prof. Dr. Alessandro Vinnicius Marques de Oliveira, para uma palestra sobre a planejamento, a competição e a regulação no Transporte Aéreo, que inclui a aviação e os aeroportos.

Teremos também a participação da Profa. Dra. Luciana Vieira, da FGV e do Prof. Dr. Gabriel Feriancic, da Poli-USP, como debatedores nesta sessão.

Bibliografia Obrigatória

OLIVEIRA, Alessandro. Transporte aéreo: economia e políticas públicas. Pezco Editora & Desenvolvimento, 2009.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, André. FERIANCIC, Gabriel. Ambiente regulatório-institucional no setor de infraestrutura aeroportuária brasileira. VII Congreso Iberoamericano de Regulación, Bogotá, 2012.

BETTINI, H. F. A. J.; SILVEIRA, J. M. F. J.; OLIVEIRA, A. V. M. Estimating strategic responses to the march of a low cost carrier to primary airports. Transportation Research Part E: Logistics and Transportation Review, future edition.

VARELLA, R. R.; FRAZÃO, J.; OLIVEIRA, A. V. M. Dynamic Pricing and Market Segmentation Responses to Low-Cost Carrier Entry. Transportation Research Part E: Logistics and Transportation Review, v. 98, Feb, 151–170, 2017.

ROLIM, P. S. W.; BETINNI, H. F. J.; OLIVEIRA, A. V. M. Estimating the Impact of Airport Privatization and its Stages on Passenger Demand: A Regression-Based Event Study. Journal of Air Transport Management, v. 54, Jul, p. 31-41, 2016.

BENDINELLI, W. E.; BETTINI, H. F.; OLIVEIRA, A. V. M. Airline Delays, Congestion Internalization and Non-Price Spillover Effects of Low Cost Carrier Entry. Transportation Research. Part A, Policy and Practice, v. 85, Mar, p. 39-52, 2016.

Bibliografia Adicional

TUROLLA, Frederico Araujo; LIMA, Maria Fernanda Freire; OHIRA, Thelma Harumi. Políticas públicas para a melhoria da competitividade da aviação regional brasileira. Journal of Transport Literature, v. 5, n. 4, p. 188-231, 2011.

Aula #9 – Energia elétrica, petróleo e gás

A matriz energética de um país é constituída por diversas fontes, que se organizam em setores e cadeias produtivas, incluindo os setores de petróleo e gás e de energia elétrica. A cadeia do petróleo é frequentemente desagregada nas atividades *upstream* (exploração primária) e *downstream* (transporte e industrialização). A cadeia da energia elétrica tem sido desagregada verticalmente em quatro segmentos: Geração, Transmissão e Distribuição (GT&D) e a comercialização de energia. Há também o mercado ainda incipiente de eficiência energética e geração própria em unidades de consumo.

Estas indústrias têm sido intensivas em investimentos diretos estrangeiros em todo o mundo. Há grandes EMNs especializadas nas diversas formas de energia. No Brasil, a entrada de empresas estrangeiras nas atividades de energia foi maciça a partir da década de noventa, quando se assistiu primeiro a um movimento de IDE em energia elétrica, petróleo e gás quanto um subsequente movimento de Desinvestimento Direto Estrangeiro a partir da consolidação de algumas atividades, particularmente na energia elétrica.

A discussão sobre energias renováveis contará com palestra de Sandro Yamamoto, Diretor Técnico da ABEEólica (Associação Brasileira de Energia Eólica) e com José Avelino Esteves, da GasGrid.

Bibliografia Obrigatória:

HAUSMAN, William J.; HERTNER, Peter; WILKINS, Mira. Global electrification: Multinational enterprise and international finance in the history of light and power, 1878–2007. Cambridge University Press, 2008.

Bibliografia Complementar:

JOSKOW, Paul L. & Richard Schmalensee, 1988. "Markets for Power: An Analysis of Electrical Utility Deregulation," MIT Press Books, The MIT Press, edition 1, volume 1.

QUEIROZ, Helder; IOOTTY, Mariana; BOMTEMPO, José Vitor; ALMEIDA, Edmar; BICALHO, Ronaldo Goulart. Economia da Energia: Fundamentos Econômicos, Evolução Histórica e Organização Industrial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016, 2ª edição.

Bibliografia Adicional:

GUILLÉN, Mauro. The rise of Spanish multinationals: European business in the global economy. Cambridge University Press, 2005.

HARRIS, Chris. Electricity Markets: Pricing, Structures and Economics. Willey, 2006.

PIRES, Adriano. SILVEIRA, Marcio B. A indústria do gás natural. In: SENNES, R. U. (Org.) ; LOHBAUER, R. M. (Org.) ; Santos, R. M (Org.) ; KOHLMANN, G. B. (Org.) ; Barata, R. S. (Org.) . Novos Rumos para a Infraestrutura: Eficiência, inovação e desenvolvimento. São Paulo: Lex Editora, 2014.

RAMPAZO, José Luis et al. Internacionalização de Empresas de Infra-Estrutura: casos do Setor Elétrico. VII Ciclo de Debates em Economia Industrial Trabalho e Tecnologia. PUCSP, 2009.

REIS, Lineu Belico dos. Matrizes Energéticas: Conceitos e Usos em Gestão e Planejamento. Barueri: Ed. Manole, 2011.

Aula #10 – DEBATE | Energia Elétrica

Nesta aula teremos um debate especial com dois tópicos liderados por convidados especiais, amplos conhecedores do setor elétrico brasileiro e internacional.

- Diogo MacCord de Faria fará uma apresentação sobre os modelos de organização do setor elétrico brasileiro e a sua composição de atores setoriais, incluindo a presença de empresas multinacionais no contexto das atividades de Geração, Transmissão, Distribuição (GTD) e Comercialização de energia.
- Rodrigo Machado Moreira Santos contribuirá com sua experiência no setor elétrico, discutindo os contratos do setor em perspectiva comparada.

Participará também o Prof. José Luiz Rampazo, que atuou no setor elétrico no Grupo CPFL Energia.

Bibliografia Obrigatória:

Projeto Infra2038. De-risking PPPs: paving the win-win game for Brazilian infrastructure (Paniel Setorial: Energia). Disponível em https://www.infra2038.org/

Bibliografia Complementar:

ROLIM, Maria João Pereira. Direito Econômico da Energia Elétrica. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SANTOS, Afonso H. M. Reflexões Históricas e Propostas para um Marco Institucional de Inovação no Setor Elétrico. In: SENNES, R. U. (Org.) ; LOHBAUER, R. M. (Org.) ; Santos, R. M (Org.) ; KOHLMANN, G. B. (Org.) ; Barata, R. S. (Org.) . Novos Rumos para a Infraestrutura: Eficiência, inovação e desenvolvimento. São Paulo: Lex Editora, 2014.

SANTOS. Rodrigo M.M. Aspectos Jurídicos e Regulatórios no Novo Cenário do Setor Elétrico. In: SENNES, R. U. (Org.) ; LOHBAUER, R. M. (Org.) ; Santos, R. M (Org.) ; KOHLMANN, G. B. (Org.) ; Barata, R. S. (Org.) . Novos Rumos para a Infraestrutura: Eficiência, inovação e desenvolvimento. São Paulo: Lex Editora, 2014.

Bibliografia Adicional:

LANDAU, Elena. Regulação Jurídica do Setor Elétrico. Lumen Juris.

Aula #11 – Telecomunicações

As telecomunicações são o setor mais dinâmico da infraestrutura, experimentando rápidas mudanças tecnológicas, em muitos casos disruptivas. A utilização do espectro eletromagnético desafiou o caráter de monopólio natural das antigas redes legadas e transformou a própria economia desses serviços.

De maneira mais ampla, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) estão sempre entre os principais motores da produtividade da economia mundial e dos países, com fortes spillovers globais. Neste sentido, a infraestrutura de telecomunicações que dá suporte ao avanço das TICs pode ser um importante vetor de promoção do desenvolvimento econômico.

Sob o ponto de vista da infraestrutura, o setor de telecomunicações esteve por muito tempo concentrado em grandes empresas nacionais, os *legacy carriers*. Em um setor de rápida dinâmica de entrada em mercados devido à velocidade de avanço da tecnologia, os prestadores são hoje frequentemente classificados como *incumbents* ou entrantes (atacantes). Nesse contexto, há um espaço significativo para IDE; em muitos casos, importantes incumbents se tornam, via IDE, entrantes em outros mercados nacionais ou locais em países estrangeiros.

Telecom é, provavelmente, o setor da infraestrutura em que a internacionalização foi estudada de maneira mais intensa. O artigo seminal de Sarkar, Cavusgil e Aulakh (1999) notou a saliência do movimento ocorrido nessa indústria e seguiu a pista de outros autores que já indicavam que as telecomunicações e outras indústrias específicas merecem um tratamento diferenciado na teoria de negócios internacionais. O artigo examinou o processo de internacionalização dos operadores de telecomunicações, identificando significativas vantagens de pioneiro (*first mover advantages*), devido à natureza transitória das janelas de oportunidade de mercado e ao potencial que os incumbentes dispõem em influenciar a regulação. Para capturar essas vantagens estratégicas e econômicas, as empresas seguem uma estratégia de preempção, tanto de mercados quanto de parceiros.

Bibliografia Obrigatória:

SARKAR, M. B.; CAVUSGIL, S. Tamer; AULAKH, Preet S. International expansion of telecommunication carriers: The influence of market structure, network characteristics, and entry imperfections. Journal of International Business Studies, v. 30, n. 2, p. 361-381, 1999.

Bibliografia Complementar:

DOH, J.P., H. TEEGEN and R. MUDAMBI, “Balancing private and state ownership in emerging markets’ telecommunications infrastructure: country, industry and firm influences”, Journal of International Business Studies, vol. 35, no. 3 (2004), pp. 233-250.

Bibliografia Adicional:

TBD.

Aula #12 – PALESTRA | Regulação das Telecomunicações e IDE

Nesta sessão, teremos uma palestra com o tema "Regulação e Investimentos Diretos Estrangeiros em Telecomunicações", com o Presidente da ANATEL, Juarez Quadros do Nascimento. Os tópicos da palestra serão:

- A regulação das telecomunicações no Brasil
- As atividades da ANATEL
- O ingresso da Participação do Setor Privado em telecomunicações a partir dos anos 90
- O investimento direto estrangeiro em telecomunicações no Brasil: entrada de atores internacionais no país
- Como a regulação pela ANATEL influencia o investimento direto estrangeiro em telecomunicações no país
- Sugestões pelo de temas interessantes para pesquisas científicas em Administração de Empresas, na área de telecomunicações

Palestrante: Dr. Juarez Quadros do Nascimento (Presidente da ANATEL)

Aula #13 – Saneamento básico e resíduos sólidos

O setor de saneamento básico é caracterizado por ter parte de suas operações marcada por um dos monopólios naturais mais intensos entre todos os setores da infraestrutura. Nesse setor, a dinâmica tecnológica é relativamente menos intensa, de forma que a introdução de competição se mantém como uma realidade distante mesmo em jurisdições que avançaram no desenvolvimento de esquemas de incentivos regulatórios, como o Reino Unido.

O movimento de Participação do Setor Privado (PSP) em saneamento não é novo no mundo e é geralmente caracterizado de duas formas: o modelo francês, de concessões locais, e o modelo inglês, de privatização integral regulada. Ambos estão associados à formação de EMNs.

A PSP e, em particular, a entrada de atores estrangeiros nos mercados latino-americanos de concessões de saneamento se deu a partir de meados dos anos noventa, com entrada de empresas multinacionais em diversos países da região (Turolla, 2013). Entretanto, em vários desses países se registrou o movimento oposto, ou seja, uma maciça saída dos operadores estrangeiros que haviam entrado na região via IDE. Outras entradas posteriores se verificaram, mas permanece a questão acadêmica sobre as causas dessas saídas.

Bibliografia Obrigatória:

TUROLLA, Frederico Araujo. Foreign Direct Investment in the Water Sector in Latin America. In: Internationalization, Innovation and Sustainability of MNCs in Latin America. Palgrave Macmillan UK, 2013. p. 42-65.

Bibliografia Complementar:

GALVÃO JR, Alceu; MELO, Álisson José Maia; MONTEIRO, Mario Augusto Parente. Regulação do saneamento básico. São Paulo: Ed. Manole, 2013.

SILVA, Pedro Augusto Godeguez da et al. Investimento direto estrangeiro em infraestrutura de saneamento nos países emergentes. Dissertação de Mestrado. PMDGI, 2013.

SOUZA, Neusa Santos. Internacionalização de firmas de saneamento básico: análise de abordagens de negócios internacionais. Buenos Aires: Editora Lybros y Bites, 2014.

Bibliografia Adicional:

ANJOS JR., A. H. Gestão estratégica do saneamento. São Paulo: Editora Manole, 2011.

Aula #14 – DEBATE | Regulação do saneamento, IDE e DDE em Saneamento no Brasil

Debate sobre as ondas de investimentos diretos estrangeiros (IDE) e subsequentemente de desinvestimentos diretos estrangeiros (DDE) no setor de saneamento no Brasil a partir dos anos noventa.

Participação especial neste debate:

- Carlos Roberto de Oliveira (Agência reguladora ARES-PCJ)
- Luiz Antonio de Oliveira Jr. (ARSESP e Câmara Técnica de Saneamento da ABAR)
- Eduardo Pacheco, do Portal Saneamento Básico, discutindo a experiência das empresas multinacionais em saneamento público e privado
- Rolando Gaal Vadas (Universidade Mackenzie)
- Oswaldo Pelaes Filho (GEINFRA)

Bibliografia Obrigatória:

TUROLLA, F. A. Saneamento: o Despertar de um Setor Estagnado. In: SENNES, R. U. (Org.) ; LOHBAUER, R. M. (Org.) ; Santos, R. M (Org.) ; KOHLMANN, G. B. (Org.) ; Barata, R. S. (Org.) . Novos Rumos para a Infraestrutura: Eficiência, inovação e desenvolvimento. São Paulo: Lex Editora, 2014.

Bibliografia Complementar:

BERRY, H. When Do Firms Divest Foreign Operations? School of Business George Washington University. Washington, DC. Organization Science, Vol.24. No.1: pp.246–261, 2012 (2013).

BODDEWIN, Jean J. Foreign and Domestic Divestment and Investment Decisions: Like or Unlike? Palgrave Macmillan Journal. Baruch College. New York. Journal of International Business Studies, Vol.14. No.3: pp.23–35. Winter, 1983.

DUCCI, Jorge. Salida de operadores privados internacionales de Água en América Latina. Banco Interamericano de Desarrollo, febrero de 2007.

SIQUEIRA, P. R. Os motivos do desinvestimento das empresas estrangeiras de saneamento no Brasil. Dissertação de Mestrado. PMDGI/ESPM, 2015.

TUROLLA, F. A. Saneamento: o Despertar de um Setor Estagnado. In: SENNES, R. U. (Org.) ; LOHBAUER, R. M. (Org.) ; Santos, R. M (Org.) ; KOHLMANN, G. B. (Org.) ; Barata, R. S. (Org.) . Novos Rumos para a Infraestrutura: Eficiência, inovação e desenvolvimento. São Paulo: Lex Editora, 2014.

Bibliografia Adicional:

CUNHA, Alexandre dos Santos; Nahoum, André Vereta; Mendes, Conrado Hübner; Coutinho, Diogo R.; Ferreira, Fernanda Meirelles; Turolla, Frederico A. Poder Concedente e Marco Regulatório no Saneamento Básico. Cadernos Direito GV, São Paulo-SP, v. 2, n. 2, p. 1-69, 2006.

GALVÃO JR., Alceu de Castro (Org.). Gestão do Saneamento Básico: Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. 1ed.Barueri: Manole, 2011.

GALVÃO JUNIOR, Alceu de Castro et al. Marcos regulatórios estaduais em saneamento básico no Brasil. Revista de Administração Pública, v. 43, n. 1, p. 207-227, 2009.

INSTITUTO TRATA BRASIL (2017). Benefícios econômicos e sociais da expansão do saneamento no Brasil. Instituto Trata Brasil, março de 2017.

TUROLLA, F. A. Política de Saneamento Básico: Avanços Recentes e Opções Futuras de Políticas Públicas. Série Textos para Discussão no. 922. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2002.

Aula #15 – Infra Social: saúde, educação e outros

Os setores de infraestrutura social, que vêm crescentemente sendo objeto de parcerias público-privadas em países emergentes, incluem a educação, a saúde, entre outros. Entre as características da infraestrutura social sobressai o fato de que os resultados destes setores estão menos relacionados com o investimento de capital físico do que com o capital humano empregado na operação.

Em particular, na área de saúde, há um importante histórico de parcerias público-privadas, com a participação de empresas multinacionais que vêm se estabelecendo nesses mercados. O escopo de projetos de PPP na área hospitalar costuma ser dividido em dois grandes tipos de projetos: bata cinza, que inclui somente a parte não assistencial, ou somente as *facilities* hospitalares; e bata branca, com escopo mais amplo que inclui os serviços de natureza assistencial prestados aos usuários. As primeiras experiências em saúde foram de bata branca, como o hospital Alzira na Espanha. Posteriormente, verificou-se uma tendência em direção à proliferação do modelo bata cinza, como no Reino Unido, que contratou um grande número de hospitais em regime de PPP. No Brasil, houve um único caso de bata branca (Hospital do Subúrbio) e vários casos de bata cinza, como o Couto Maia da Bahia e os Complexos Hospitalares de São Paulo.

Na área de educação o histórico é mais recente e o número de projetos é bem mais limitado. Os exemplos internacionais incluem escolas da província canadense de Saskatchewan, um caso no México e o programa InovaBH, sendo este último o único contrato realizado nessa área no Brasil.

Bibliografia Obrigatória:

SILVA, Pedro M. A. P. D. Fundamentos e modelos nas Parcerias Público-Privadas na saúde: o estudo dos serviços clínicos. Coimbra: Almedina, 2009.

Bibliografia Complementar:

ACERETE B, Stafford A, Stapleton P. Spanish healthcare public private partnerships: The 'Alzira model'. Critical Perspect Account. 2011;22(6):533–49

ALONSO, Paloma; PINTO, Diana M.; ASTORGA, Ignacio. FREDDI, Jazmín. Menos cuentos, más evidencia: asociaciones público-privadas en la literatura científica. Banco Interamericano de Desarrollo. División de Protección Social y Salud. Nota Técnica no. IDB-TN-882. Octubre 2015.

ALONSO, Paloma; PINTO, Diana M.; ASTORGA, Ignacio; FREDDI, Jazmin. Requerimientos generales y específicos para los contratos de asociaciones público-privadas en salud. Banco Interamericano de Desarrollo. División de Protección Social y Salud. Nota Técnica no. IDB-TN-823. Mayo 2015.

BROADBENT, J., GILL, J., & LAUGHLIN, R. (2003). Evaluating the private finance initiative in the national health service. Accounting, Auditing and Accountability Journal, 16(3), 422–445.

CRUZ, Carlos Oliveira; MARQUES, Rui Cunha. Integrating infrastructure and clinical management in PPPs for health care. Journal of Management in Engineering, v. 29, n. 4, p. 471-481, 2013.

TARAZONA, E.; TORNER, R.; MARÍN, R. La experiencia del ''Modelo Alzira'' del Hospital de La Ribera a la Ribera-Área 10 de salud, la consolidación del modelo, Rev de Administración Sanitaria 3 (1) (2005) 83–98.

Bibliografia Adicional:

ADB – Asian Development Bank. Guidebook on public–private partnership in hospital management. Mandaluyong City, Philippines: Asian Development Bank, 2013.

Aula #16 – DEBATE | Infraestrutura social – PPP em saúde

Nesta seção, teremos um debate com palestrantes especialmente convidadas. Mara Souza apresentará sobre a sua experiência com projetos de parceria público-privada em saúde, principalmente junto ao Governo do Estado da Bahia e como consultora em projetos internacionais. Mara participou, juntamente com Frederico Turolla, do desenvolvimento de um guia sobre PPPs em saúde no continente latino-americano, onde foram discutidas diversas especificidades nacionais dos projetos de PPP nos países da região. Maria Joachim falará de seu estudo sobre PPPs em saúde, extraindo experiências em contextos internacionais, bem como em exemplos mais específicos do Brasil. O debate será coordenado por Yan Nonato Cattani, economista que fez Mestrado em Administração Pública sobre questões do setor de saúde. Teremos também a participação de convidados praticantes externos.

Bibliografia Obrigatória:

ASTORGA, Ignacio; ALONSO, Paloma; PINTO, Diana M.; FREDDI, Jazmín; Corredera, Martin. 10 años de Asociaciones Público-Privadas (APP) en salud en América Latina: ¿qué hemos aprendido? Nota Técnica no. IDB-TN-1068. Banco Interamericano de Desarrollo. Julio, 2016.

Bibliografia Complementar:

ANKER, Tomas; PEREIRA, Bruno Ramos. O atual cenário das PPPs no setor de saúde pública no Brasil: potencialidades, desafios e as primeiras experiências em âmbito estadual. In: Gesner Oliveira e Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho (orgs) Parcerias Público-Privadas: Experiências, Desafios e Propostas. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

CARRERA, Mariana B. M. Parceria público-privada na saúde no Brasil: estudo de caso do Hospital do Subúrbio de Salvador — Bahia. Dissertação (mestrado) — Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

Bibliografia Adicional:

CATTANI, Yan N. Transferências voluntárias na saúde: um estudo de caso do município de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas: Dissertação de Mestrado, 2016.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

CRONOGRAMA *(este cronograma é apenas um indicativo, podendo sofrer alterações ao longo do curso mediante prévia comunicação)*

Aula	Data	Horário	Módulo	Tema	Bibl. Obrigatória	Complementar	Líder
0	**16/abr**	**13:30-14:00**	**PPP@IB**	Palestra de abertura pela **SOBEET:** "IDE em infraestrutura"	SOBEET (2016)		**Luis Afonso Lima**
1	**16/abr**	**14:00-16:00**	PPP@IB I-A	PPP em NI: a economia das PPP	ENGEL et al 2010	YESCOMBE 2011	**Turolla**
2	**16/abr**	**16:30-18:30**	PPP@IB I-B	PPP em NI: a literatura de IDE/NEMs em infraestrutura	RAMAMURTI 2004	TUROLLA 2013	**Turolla**
3	**23/abr**	**14:00-16:00**	FIN II-A	Modos contratuais em infraestrutura	HART 2003	CAMINHA 2014	**Turolla**
4	**23/abr**	**16:30-18:30**	FIN II-B	Palestra: modos contratuais no Brasil	CARVALHO 2010	RIBEIRO 2011	**André Carvalho (Insper)**
5	**7/mai**	**14:00-16:00**	FIN II-C	Financiamento de longo prazo	MULLNER 2017	SAWANT 2010	**Turolla**
6	**7/mai**	**16:30-18:30**	FIN II-D	Debate com financiadores supranacionais	COSTA 2014	CNI 2016	**Coord: Mauricio Silva**
7	**14/mai**	**14:00-16:00**	SECTOR III-A	Infraestrutura de transportes e logística	PINHEIRO 2014	OLIVEIRA 2013	**Turolla**
8	**14/mai**	**16:30-18:30**	SECTOR III-A	Palestra pelo INFRA-ITA: Planejamento de Transporte Aéreo	OLIVEIRA 2009	BETTINI et al	**Alessandro Oliveira (ITA)**
9	**21/mai**	**14:00-16:00**	SECTOR III-B	Energia elétrica, petróleo e gás	HAUSMAN 2008	QUEIROZ 2016	**Turolla**
10	**21/mai**	**16:30-18:30**	SECTOR III-B	Palestra pelo infra2038: o setor elétrico e seus desafios	INFRA2038	ROLIM 2002	**Diogo Faria (infra2038)**
				21-mai: entrega da versão parcial do artigo			
11	**28/mai**	**14:00-16:00**	SECTOR III-C	Telecomunicações	SARKAR ET AL 1999	DOH ET AL 2004	**Turolla**
12	**28/mai**	**16:30-18:30**	SECTOR III-C	Debate ou palestra: TBD	TBD	TBD	**Convidado TBA**
13	**4/jun**	**14:00-16:00**	SECTOR III-D	Saneamento básico e resíduos sólidos	TUROLLA 2013	SILVA 2013	**Turolla**
14	**4/jun**	**16:30-18:30**	SECTOR III-D	Debate ou palestra: TBD	SOUZA 2018	DUCCI 2007	**Convidados**
15	**11/jun**	**14:00-16:00**	SECTOR III-E	Infraestrutura social: saúde, educação e outros	SILVA 2009	ALONSO 2015	**Turolla**
16	**11/jun**	**16:30-18:30**	SECTOR III-E	Palestra/debate sobre PPP em Saúde	ASTORGA 2016	ANKER 2013	**Mara Souza (IFBA)**
-	**11/jun**	**18:30-19:30**	**-**	COQUETEL DE ENCERRAMENTO	Atividade de confraternização		**Todos**
				25-jun: entrega final do artigo			